

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.Sas. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2011. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia

A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, Asfalto, GLP, Agurrás, Querosene, Óleos Especiais e Solventes.

Ambiente Econômico-Operacional

No cenário internacional, a economia Americana apresentou recuperação lenta em sua atividade econômica refletida em um aumento de 1,7% no PIB. Nos países europeus, o desequilíbrio orçamentário, a fragilidade do sistema bancário e a falta de unidade política entre as autoridades da Zona do Euro impossibilitaram a construção de uma solução definitiva para o enfrentamento da crise. A China apresentou desempenho inferior a 2010, mas continua sustentando o crescimento mundial com aumento de 9,2% no PIB.

No cenário nacional houve queda no ritmo de crescimento e pressões inflacionárias oriundas da instabilidade global e da elevação nos preços das commodities. Apesar dessa desaceleração, mais evidente na atividade industrial, bastante sensível à concorrência de produtos importados e câmbio desfavorável, a atividade econômica brasileira sustentou-se pelo consumo doméstico, apoiado na estabilidade do nível de emprego, e pela evolução consistente de disponibilidade de crédito no país. O ano de 2011 terminou com taxa básica de juros de 11,0% a.a e crescimento de 2,7% no PIB. O mercado brasileiro de derivados de petróleo alcançou em 2011 um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período de 2010. No Rio Grande do Sul o crescimento foi de 5,6% para o mesmo período.

O preço médio do petróleo tipo Brent, referência de preço internacional, foi cotado a US\$ 111,3 por barril, superior 40,1% em relação ao preço médio de 2010 (variação de +32,8% em reais). Em novembro houve redução na CIDE da Gasolina e Óleo Diesel, refletindo um reajuste no preço de venda das refinarias, de +10% e +2%, respectivamente.

A defasagem entre o preço de aquisição do petróleo e os preços de venda dos derivados no mercado interno refletiu em um desequilíbrio significativo nas margens operacionais da atividade de refino de petróleo.

Neste contexto, a partir de fevereiro de 2011, a Companhia iniciou o processo de industrialização de petróleo por meio de contrato firmado junto à Petrobras e intensificou ações no sentido de otimizar o processo produtivo e melhorar a eficácia na gestão de seus gastos operacionais.

A REFINARIA RIOGRANDENSE

Excelência Operacional

A RPR mantém preocupação permanente com a harmonização da produção industrial, o meio ambiente e a qualidade de vida, objetivando o crescimento socioeconômico sustentável, a garantia da segurança dos seus empregados e da comunidade, a proteção dos seus ativos e a continuidade do negócio.

Em 2011, a RPR consolidou a implantação do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), alcançando a certificação nas normas ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional).

Neste ano manteve-se a tendência positiva de redução dos índices de acidentes (TFA e TGA) em função dos investimentos realizados, mitigação de riscos e forte atuação na cultura do comportamento seguro.

Investimentos

Em 2011, a RPR investiu R\$ 22,4 milhões, representando o maior valor dos últimos nove anos e 34,9% superior a 2010. Desse total, R\$ 7,8 milhões foram investidos na nova unidade de solventes leves, R\$ 6,1 milhões foram destinados à recuperação de tanques e ao aumento da capacidade de estocagem e transferência de matéria-prima e derivados; R\$ 5,8 milhões investidos em confiabilidade operacional das unidades industriais e melhorias no terminal de expedição; R\$ 1,9 milhão em projetos de saúde, segurança, meio ambiente e controle de qualidade e R\$ 0,8 milhão em automação e sistemas de tecnologia da informação.

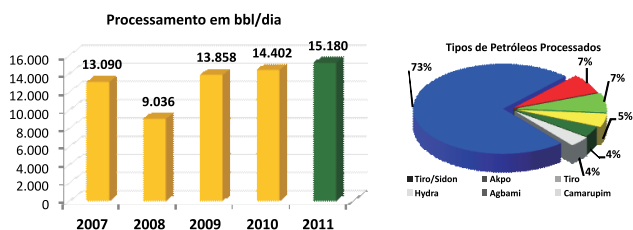
Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social

A política de Recursos Humanos da empresa busca estabelecer e reforçar um relacionamento de longo prazo com seus funcionários. O plano de benefícios aos colaboradores inclui participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório, plano de saúde e plano de previdência privada. Em 2011, o programa anual de desenvolvimento profissional atingiu 47,0% do efetivo da empresa, correspondente a 2,3% de hora/homem treinado.

A Companhia entende que faz parte da sua responsabilidade social contribuir para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da comunidade. Este ano foi concluída a formação da primeira turma do "Projeto Pescar" da RPR, que propiciou o aprendizado na atividade de solda para jovens em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a Companhia desenvolveu projetos direcionados para a complementação educacional de crianças e adolescentes moradores das comunidades vizinhas à Refinaria (Projetos Muda Mundo, Escola Sustentável e Cinema Itinerante).

Produção e Comercialização

A RPR operou em sua plena capacidade de produção, atingindo o recorde histórico de processamento de petróleo de 15.180 barris por dia, superior em 5,4% se comparado com 2010. Em 2011 a RPR processou majoritariamente a mistura de petróleos nacionais dos campos TIRO e SIDON, sendo 11% processamento de matérias-primas para refino próprio e 89% destinadas à industrialização. Conjuntamente foram adquiridas outras matérias-primas para produção de solventes leves, que representaram 2,7% do total da carga processada no ano.

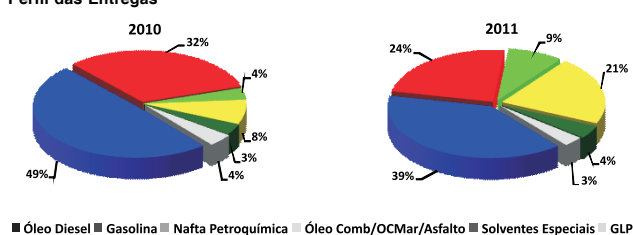


A RPR abasteceu 10,6% do volume total dos derivados de petróleo do RS, sendo responsável por 8,0% na Gasolina, 10,4% no Óleo Diesel, 23,0% no Óleo Combustível A1, 3,2% no GLP, 1,5% na Nafta Petroquímica e 73,0% na Agurrás.

As entregas de derivados de petróleo em 2011 atingiram 913 mil m³, superior 1,8% em relação a 2010. As vendas totalizaram 138 mil m³, sendo 81% de combustíveis e 19% de produtos especiais.

No mês de setembro a RPR inaugurou sua unidade para a produção de solventes leves e tornou-se a única produtora nacional de Pentanos.

Perfil das Entregas



ANÁLISES FINANCEIRAS

Indicadores	Em R\$ mil	2010	2011
Receita Líquida		961.948	212.376
Resultado Operacional		91.387	16.709
Lucro Líquido		50.786	25.695
EBITDA		97.271	24.000

Receita Líquida

A adoção do processo de industrialização de petróleo permitiu que a Companhia operasse num patamar de equilíbrio, mesmo em um cenário desfavorável para atividade de refino, porém esta operação apresenta redução no nível de receitas se comparada com o refino próprio.

Lucro Líquido

Pelo terceiro ano consecutivo a empresa atingiu resultado positivo, alcançando lucro líquido de R\$ 25,7 milhões. Esse resultado foi decorrente das margens positivas nas aquisições de matérias-primas para refino próprio, do elevado nível de processamento de petróleo decorrente do processo de industrialização, do aumento do volume de entrega de derivados e da gestão eficiente dos gastos operacionais.

EBITDA

A geração operacional de caixa alcançou R\$ 24,0 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Cálculo do EBITDA:	Em R\$ mil	2010	2011
Lucro Antes dos Impostos		68.714	14.922
(+/-) Resultado Financeiro		23.555	1.952
(+/-) Resultado Não Operacional		(882)	(165)
(+/-) Depreciação e Amortização		5.884	7.290
(=) EBITDA		97.271	24.000

Endividamento

Em janeiro de 2011 a RPR realizou sua 1ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 50,0 milhões, com intuito de obter capital de giro e amortizar empréstimos financeiros de custo mais elevado. Com isso, a empresa melhorou sua financiabilidade ampliando o prazo médio ponderado do seu endividamento bancário para 22 meses contra os 13 meses de 2010.

A Companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 58,8 milhões, inferior 23,4% em relação a 2010.

Perspectivas

Em 2012 o cenário econômico indica a manutenção dos preços elevados para aquisição de petróleo no mercado internacional e estabilidade nos preços de venda dos derivados no mercado interno. Com isso, a RPR projeta não realizar operações de compra de petróleo para refino próprio e manterá o processo de industrialização por meio de contrato firmado junto à Petrobras até que as margens operacionais da atividade de refino retornem a patamares adequados. Neste cenário a Companhia projeta resultados consistentes para o período, principalmente a partir das oportunidades de processamento de outras matérias primas e da consolidação de sua atuação no mercado de produtos especiais, que agregará resultado para a Refinaria, bem como da continuidade na evolução positiva dos indicadores de desempenho operacionais. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	31/12/2011	31/12/2010		Nota	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.513	34.658	Financiamentos e empréstimos	11	124	40.268
Contas a receber de clientes	6	8.888	38.383	Fornecedores	12	25.129	9.049
Estoques	7	19.974	67.946	Impostos e contribuições a recolher	13	2.418	20.804
Imposto a recuperar	8	7.535	7.520	Salários e férias a pagar	14	2.965	2.904
Outros ativos circulantes		656	71	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	1.087	527
		110.566	148.578	Instrumentos derivativos	17	4.671	4.166
				Provisão para benefício pós-emprego	15	4.711	4.166
Não circulante				Dividendos propostos	16	7.323	8.466
Outros ativos não circulantes		4.489	1.807			850	1.701
Impostos diferidos	20	-	-			44.607	92.556
Imobilizado	10	167.548	152.440				
		172.037	154.247	Não circulante			
				Financiamentos e empréstimos	11	58.724	36.589
				Impostos diferidos	20	35.640	36.060
				Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	1.727	1.485
				Provisão para benefício pós-emprego	15	45.920	36.297
						142.011	110.431
				Patrimônio líquido	16		
				Capital social		15.296	15.296
				Ajustes de avaliação patrimonial		63.725	63.697
				Reserva legal		2.770	1.485
				Reserva de lucros		14.194	19.360
						95.985	99.838
Total do ativo		282.603	302.825	Total do passivo e patrimônio líquido		282.603	302.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	15.296	70.867	-	-	(21.080)	65.083
Resultado do período	-	-	-	-	49.632	49.632
Outros resultados abrangentes	-	(4.399)	-	-	(2.012)	(6.411)
Total de resultados abrangentes no período	-	(4.399)	-	-	47.620	43.221
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	(4.198)	-	-	4.198	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	1.427	-	-	(1.427)	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido						
Dividendos (R\$ 3,30 por ação)	-	-	-	-	(8.466)	(8.466)
Constituição de reservas	-	-	1.485	19.360	(20.845)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.296	63.697	1.485	19.360	-	99.838
Resultado do período	-	-	-	-	10.418	10.418
Outros resultados abrangentes	-	2.797	-	-	(9.745)	(6.948)
Total de resultados abrangentes no período	-	2.797	-	-	673	3.470
Realização, por depreciação, do custo atribuído	-	(4.198)	-	-	4.198	-
Impostos sobre realização do custo atribuído	-	1.429	-	-	(1.429)	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido						
Dividendos (R\$ 0,48 por ação)	-	-	-	-	(7.323)	(7.323)
Constituição de reservas	-	-	1.285	(5.166)	3.881	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.296	63.725	2.770	14.194	-	95.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Receita	18	212.376	961.948
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	21	(175.952)	(848.302)
Lucro bruto		36.424	113.646
Outras receitas		165	948
Despesas com vendas	21	(3.913)	(5.213)
Despesas administrativas e gerais	21	(15.801)	(17.046)
Outras despesas	21	(867)	(66)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		16.008	92.269
Receitas financeiras	19	16.519	61.996
Despesas financeiras	19	(18.598)	(85.551)
Resultado antes dos impostos		13.929	68.714
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(3.931)	(19.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	420	420
Resultado do período		10.418	49.632
Resultado por ação			
Resultado por ação ordinária básico (em R\$)	22	0,6388	3,0431
Resultado por ação preferencial básico (em R\$)	22	0,7026	3,3474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Resultado do período		25.695	49.632
Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos líquidos (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefícios definidos	15	2.797	(4.399)
Outros resultados abrangentes		(9.745)	(2.012)
Resultado abrangente total		(6.948)	(6.411)
		18.747	43.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 - (Em milhares de Reais)

	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.929	68.714
Ajustes por:		
Depreciação	7.290	5.884
Resultado na venda/alienação de ativos imobilizados	(20)	(272)
Encargos financeiros não realizados sobre empréstimos e financiamentos	9.744	762
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.797	19.356
Provisão para benefício pós-emprego	423	1.885
Provisão para estoque a valor líquido realizável	(1.579)	1.165
Provisão para contingências	272	890
Variáveis nos ativos e passivos		
Redução em contas a receber	29.495	3.365
Redução nos estoques	49.551	12.463
Aumento (redução) em fornecedores	16.080	(59.518)
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(4.749)	1.572
Redução (aumento) dos demais grupos do passivo	(18.259)	6.869
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.790)	(22.183)
Entradas por liquidações de instrumentos financeiros derivativos	-	3.015
Saídas por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(4.761)	(27.552)
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4.687)	(10.204)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	92.736	6.211
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	40	272
Aquisição de ativo imobilizado	(22.418)	(16.623)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(22.378)	(16.351)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	-
Empréstimos e financiamentos tomados	71.590	75.308
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(94.656)	(94.064)
Pagamentos de dividendos	(8.437)	-
Caixa líquido (usado) proveniente das atividades de financiamento</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 – (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. A Companhia iniciou suas atividades em 1937.

Suas atividades principais são o refino, o processamento, a comercialização e importação de petróleo, seus derivados e correlatos.

São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,586% de ações preferenciais).

Os principais produtos produzidos pela Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. são Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível, GLP, (Gás de Cozinha), Asfalto, Aguardar e Solventes Especiais.

Os principais fornecedores de matéria-prima da sociedade são a Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e a Braskem S.A.

A área de atuação da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. abrange, principalmente, o mercado da região sul do Brasil.

No Brasil, os preços dos derivados de petróleo não foram reajustados na mesma proporção que o mercado internacional, ocasionando ao longo de 2011 defasagem de preços, principalmente na gasolina e óleo diesel.

Neste contexto, a Companhia interrompeu as aquisições de petróleo a partir de fevereiro de 2011 e passou a industrializar petróleo para a Petróbras que remete matéria-prima (petróleo) de sua propriedade e a Companhia processa e devolve produtos derivados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção da adoção do custo atribuído aos itens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 15 – Provisões e contingências
- Nota 16 – Benefícios a empregados

3. RETIFICAÇÃO DE ERROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2011 e nas informações comparativas apresentadas nessas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia utilizou-se da previsão do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A administração identificou um erro, originado de exercícios anteriores, que afetou sua apuração de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2010 e 2011.

A partir do mês de novembro de 2010, a Companhia utilizou benefício fiscal referente a prejuízos fiscais acumulados que deveriam ter sido baixados durante o processo de cisão de participações societárias ocorrido no início do exercício de 2008. O total dos prejuízos fiscais mencionados era de R\$ 47.390, sendo de deste montante o valor de R\$ 7.576 foi utilizado para compensação em 2010 e 2011, de forma indevida de imposto de renda e contribuição social, e o saldo remanescente de R\$ 39.814 foi base para reconhecimento durante o exercício de 2011 de impostos diferidos ativos, no montante de R\$ 13.537.

Como resultado dos fatos acima citados, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 precisaram ser corrigidas e os efeitos no imposto de renda e contribuição diferidos e correntes demonstrados conforme abaixo:

- Baixa de impostos diferidos ativos no valor de R\$ 13.537 em 2011 devido à inexistência de base de prejuízo fiscal;

- Baixa de impostos a recuperar de curto prazo no valor de R\$ 1.901 em 2011 (R\$ 1.154 em 2010) referente a imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido correntes recalculados como devidos em função da eliminação do prejuízo fiscal que havia sido incorretamente utilizado na dedutibilidade desses tributos sobre o lucro correntes de 2011 e 2010. Devido à Companhia ter impostos a recuperar, a contrapartida da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes foi lançada no ativo;

- Aumento do imposto de renda a recolher de curto prazo no valor de R\$ 993 em 2011 devido às multas e juros sobre sobre as compensações incorretamente utilizadas na dedutibilidade do imposto de renda e contribuição social correntes de 2010.

Adicionalmente, além dos números reapresentados, as notas explicativas 9, 14, 20, 17, 21, 22, e 23 também precisaram ser corrigidas para refletir os efeitos dos ajustes citados.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos (veja nota explicativa 18). As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia tem como política a utilização de instrumentos derivativos de hedge financeiro para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedges) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecerem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram liquidados durante este exercício, sendo que em 31 de dezembro de 2011 não há instrumentos desta natureza em aberto.

c. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo, que estão demonstrados pelo valor médio do custo de aquisição, que não excede ao valor de mercado;

- Os derivados de petróleo são demonstrados ao custo médio de refino ou de compra, ajustados aos valores de realização quando este é inferior ao seu valor contábil;

- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado:

- Edificações e benfeitoria 60 anos
- Máquinas, equipamentos e instalações de operações 8-35 anos
- Móveis e utensílios 8-32 anos
- Computadores e periféricos 8 anos
- Veículos 10 anos

O efeito em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo estão apresentados na nota explicativa 11.

e. Redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios.

f. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como a expectativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação
- Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro
- Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
- Alterações ao IAS 28 – Investimentos em associadas
- Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras
- Alterações ao IAS 19 – benefícios a empregados
- IFRS 10 – demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS 11 – acordos em conjunto
- IFRS 12 – divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas.
- IFRS 13 – mensuração de valor justo
- IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

5. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de estrutura de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas e receber de clientes e títulos de investimento. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, sob o qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito.

A Companhia possui em torno de 24 clientes no mercado nacional, sendo que aproximadamente 42 por cento (55 em 2010) do faturamento nesse mercado é atribuído a operações de venda a um único cliente. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados de acordo com suas características relativas a localização geográfica, segmento, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

b. Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez (de mercado e de fluxo de caixa) é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 8 (oito) meses, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

c. Risco de mercado

Risco da taxa de câmbio

O Risco de mercado é que está exposta a Companhia tem em um de seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. A Companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. A Companhia não comprou petróleo a partir de fevereiro de 2011, sendo desnecessário efetuar operações de hedge cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações do CDI diário.

Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo

O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. Todos os seus produtos são vendidos no mercado local. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional do Brent cotados em dólar. Para vendas no Brasil, os preços finais de derivados são fixados pelo governo. Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia interrompeu em 2011 as aquisições de petróleo e passou a industrializar petróleo para a Petróbras.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

A administração da Companhia estabelece controles para administrar os riscos operacionais e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

e. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	144	3.751
Aplicações financeiras	73.369	30.907
	73.513	34.658

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados em percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte bancos de primeira linha, e os títulos estão disponíveis para negociação sempre que a Companhia entender necessário.



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 – (Em milhares de Reais)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2011	31/12/2010
Clientes	912	6.899
Sociedades controladoras	3.771	1.107
Empresas ligadas	4.205	30.377
Total	8.888	38.383

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.
A Companhia não apresenta histórico de perdas por inadimplência. Desta forma não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável.

8. ESTOQUES

	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados	2.832	7.303
Produtos intermediários	6.365	21.147
Matérias-primas	6.331	31.101
Materiais e suprimentos para manutenção	4.446	5.054
Estoque em poder de terceiros	-	4.920
Provisão para perdas em estoques	-	(1.579)
No circulante	<u>19.974</u>	<u>67.946</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ e CSLL	1.543	573
COFINS	-	5.400
PIS	-	1.172
ICMS	<u>5.992</u>	<u>375</u>
	<u>7.535</u>	<u>7.520</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	2011			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas	Compras
Braskem S.A.	-	1.356	37.743	114.992
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	3.771	23.780	55.726	123
Petrobras Singapore Private Limited	-	-	-	53.998
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	28	-	316
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	874	-	136.257	3
Petrobras Distribuidora S.A.	1.152	-	57.013	-
IQ Soluções e Química S.A.	2.172	-	28.754	-
Liquigás Distribuidora S.A.	7	-	1.934	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos - EMCA	-	-	-	397
Total 2011	7.976	23.808	288.108	76.200

Empresas	2010			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas	Compras
Braskem S.A.	-	1.356	37.743	114.992
Braskem Incorporated Limited	-	-	-	149.382
PIFCO - Petrobras International Finance Co.	-	-	-	111.055
ISATEC - Pesquisa desenvolvimento e análises químicas Ltda.	1	-	-	549
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1.107	6.178	21.263	203.534
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	30
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	-	-	13	39.718
Petrobras Singapore Private Limited ..	-	-	-	280.962
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	17.809	-	958.491	100
Petrobras Distribuidora S.A.	9.938	-	348.755	-
IQ Soluções e Química S.A.	1.513	-	35.648	-
Liquigás Distribuidora S.A.	812	-	27.836	-
Ipiranga Asfaltos S.A.	304	-	10.303	-
Total 2010	31.484	7.534	1.440.052	900.322

A Companhia firmou com a Petrobras, em fevereiro de 2011, um contrato de industrialização, onde a Petrobras entrega matéria-prima (petróleo) de sua propriedade e a Refinaria de Petróleo Riograndense processa, e entrega produtos acabados, cobrando a industrialização, em condições não comparáveis com outras operações. O contrato de industrialização foi concretizado pois o mercado de petróleo (preço do barril), não viabiliza a Companhia para processar matéria-prima própria, e a Petrobras aumenta sua produção de derivados para atender o mercado interno.

As demais operações comerciais da Companhia com suas partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado.

As partes relacionadas citadas são apresentadas da seguinte forma:

Controladores em conjunto:

- Braskem S.A.
- Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
- Ultrapar Participações S.A.

Empresas controladas direta ou indiretamente pelos controladores em conjunto:

- Petrobras Distribuidora S.A.
- Liquigás Distribuidora S.A.
- PIFCO - Petrobras International Finance Co.
- Petrobras Singapore Private Limited
- Braskem Incorporated Limited
- Alberto Pasqualini - REFAP S.A.
- Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
- Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.
- Ipiranga Asfaltos S.A.
- Empresa Carioca de Produtos Químicos - EMCA
- IQ Soluções e Química S.A.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O total da remuneração de beneficiários de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2011 foi de R\$ 818 (R\$ 1.487 no exercício de 2010), referente a diretores e conselheiros.

O plano de benefícios aos colaboradores da Companhia, inclui participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório, plano de saúde e plano de previdência privada.

11. IMOBILIZADO

a. Composição dos saldos

	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	2.572	-	2.572
Edificações e benfeitorias	2	41.464	(6.177)	35.287
Máquinas, equipamentos e instalações de operações ..	4	201.790	(82.139)	119.651
Móveis e utensílios	2	1.755	(1.326)	429
Computadores e periféricos ..	13	3.337	(2.008)	1.329
Veículos	14	704	(396)	308
Obras em andamento	14	7.887	-	7.887
Outros	-	808	(723)	85
		<u>260.317</u>	<u>(92.769)</u>	<u>167.548</u>

b. Movimentação do custo

	2011				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transfêrências	
Terrenos	2.572	-	-	-	2.572
Edificações e benfeitorias ..	46.270	-	(4.836)	30	41.464
Máquinas, equipamentos e instalações de operações ..	174.114	4.604	(8)	23.080	201.790
Móveis e utensílios	1.755	119	(119)	-	1.755
Computadores e periféricos ..	2.949	423	(35)	-	3.337
Veículos	671	91	(58)	-	704
Obras em andamento	13.873	17.148	-	(23.134)	7.887
Outros	777	33	(2)	-	808
	<u>242.981</u>	<u>22.418</u>	<u>(5.058)</u>	<u>(24)</u>	<u>260.317</u>

	2010				Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transfêrências	
Terrenos	2.572	-	-	-	2.572
Edificações e benfeitorias ..	45.357	913	-	-	46.270
Máquinas, equipamentos e instalações de operações ..	208.830	2.428	(41.656)	4.512	174.114
Móveis e utensílios	1.623	90	(958)	-	1.755
Computadores e periféricos ..	2.189	784	(24)	-	2.949
Veículos	686	21	(236)	-	671
Obras em andamento	8.052	12.333	-	(4.512)	13.873
Outros	1.100	55	(378)	-	777
	<u>269.609</u>	<u>16.624</u>	<u>(43.252)</u>	<u>-</u>	<u>242.981</u>

c. Movimentação da depreciação

	31/12/2010		31/12/2011	
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Edificações e benfeitorias ..	(10.313)	(700)	4.836	(6.177)
Máquinas, equipamentos e instalações de operações ..	(75.985)	(6.155)	1	(82.139)
Móveis e utensílios	(1.377)	(59)	110	(1.326)
Computadores e periféricos ..	(1.723)	(330)	45	(2.008)
Veículos	(431)	(33)	68	(396)
Outros	(712)	(13)	2	(723)
	<u>(90.541)</u>	<u>(7.290)</u>	<u>5.062</u>	<u>(92.769)</u>

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Características	31/12/2011	31/12/2010	Indexador/ moeda	Valor de face	Taxa encargos financeiros anuais	Ano de Vencimento
Moeda nacional						
Nota de Crédito Industrial	-	42.847	CDI	R\$ 50.000	De 100% CDI a 112% CDI + spread de 0,20% a.m.	2012 a 2014
Cédula de Crédito Bancário	-	20.921	CDI	R\$ 25.000	116% CDI	2013
Mútuos	-	7.803	CDI	R\$ 10.000	116% CDI	2012
Finame	1.318	525	-	R\$ 851	4,50% a 5,5% a.a.	2019 a 2021
Debêntures	57.530	-	CDI	R\$ 50.000	118,0% CDI + 0,6% s/R\$ 50 milhões	2014
Moeda estrangeira						
Capital de Giro (4131)	-	4.761	US\$	US\$ 2.850	2,2% a.a.	2011
Total circulante	<u>124</u>	<u>40.268</u>				
Total não circulante	<u>58.724</u>	<u>36.589</u>				

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	2011	2010
2012	124	-
2013	28.922	-
2014	28.922	-
2015	157	-
2016 à 2020	723	-
	<u>58.848</u>	<u>-</u>

13. FORNECEDORES

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores	1.321	1.515
Sociedades controladoras	23.780	7.534
Empresas ligadas	28	-
Total	25.129	9.049

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2011	31/12/2010
IRRF	88	96
ICMS	90	8.743
CIDE	43	6.439
PIS	148	814
COFINS	680	3.764
IRPJ e CSLL	1.317	855
Outros	52	93
	<u>2.418</u>	<u>20.804</u>

15. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Contingências passivas prováveis

	Provisão		Depósitos judiciais		Valor líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fiscais	144	45	-	-	144	45
Cíveis	60	452	-	-	60	452
Trabalhistas	2.610	1.948	492	433	2.118	1.515
(-) Circulante	2.814	2.445	492	433	2.322	2.012
Não circulante	<u>1.087</u>	<u>527</u>	<u>492</u>	<u>433</u>	<u>1.087</u>	<u>527</u>
	<u>1.727</u>	<u>1.918</u>	<u>492</u>	<u>433</u>	<u>1.235</u>	<u>1.485</u>

Características dos montantes:

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas de cunho salarial.

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	47	353	1.032	1.432
Provisões feitas durante o período	-	99	1.966	2.065
Provisões utilizadas durante o período	-	-	(1.050)	(1.050)
Provisões revertidas durante o período	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	45	452	1.948	2.445
Provisões feitas durante o período	904	-	1.303	2.207
Provisões utilizadas durante o período	(685)	-	(641)	(1.326)
Provisões revertidas durante o período	(120)	(392)	-	(512)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	144	60	2.610	2.814

b. Contingências passivas possíveis

As causas consideradas como perda possível pela administração da Companhia, amparada pelos consultores jurídicos internos e externos, não são provisionadas nas demonstrações financeiras e possuem a seguinte composição:

	31/12/2011	31/12/2010
Processos fiscais	-	91
Processos cíveis	-	247
Processos trabalhistas	5.489	1.782
Total	5.489	2.120

c. Ativos contingentes

A Companhia instaurou contenciosos judiciais nas esferas tributária Federal e Estadual, objetivando a recuperação de impostos e contribuições pagos indevidamente ou a maior, cujos processos poderão, ao seu término, representar receitas, as quais, pela sua natureza contingente, não estão registradas nas demonstrações financeiras.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui um conjunto de benefícios após aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica, indenização do FGTS e gratificação por tempo de serviço.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à gratificação e indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

	Multa de FGTS	
	2011	2010
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(1.448)	(1.683)
Despesas no ano	(214)	(250)
Benefícios pagos pela empresa no ano	672	518
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(210)	(33)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>(1.200)</u>	<u>(1.448)</u>
Composição de despesas no ano	67	74
Custo de serviço corrente	147	176
Custo dos juros	214	250

Do total de imobilizado cerca de R\$ 851 em 31 de dezembro de 2011 referem-se a ativos dados em garantia para financiamentos - FINAME.

d. Custo atribuído (Deemed Cost)

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 67.954 e o passivo diferido de imposto de renda e contribuição social foi aumentado em R\$ 35.007 em decorrência da adoção do custo atribuído. Após o reconhecimento de uma depreciação anual de R\$ 4.198 para a mais valia correspondente a adoção do custo atribuído, o saldo da mais valia apresentada



»»» Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 – (Em milhares de Reais)

Participação dos empregados nos resultados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo:

a) Participação dos empregados da Companhia

Calculada em até 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por: equivalência patrimonial, amortização de ágio ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio.

b) Participação dos administradores da Companhia

Calculada, ao final do exercício, em até 10% sobre o lucro remanescente após a dedução das participações dos empregados, não podendo esta ultrapassar a remuneração global anual fixada para estes pela Assembleia Geral. Em 2011, a participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Companhia atingiu o montante de R\$ 800 (R\$ 1.559 em 2010).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um Real).

b. Reserva de lucros

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. O valor destinado para a reserva legal em 2011 foi de R\$ 1.285 mil.

c. Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, descontados prejuízos acumulados, se houver, após a destinação de participação de empregados, administradores e de 5% para reserva legal. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias.

Em 2011, os dividendos foram calculados conforme segue:

	2011
Lucro líquido do exercício	10.418
Ajuste do lucro líquido (a)	15.277
Lucro líquido ajustado	25.695
(-) Reserva legal	(1.285)
Base cálculo para dividendos propostos	24.410
Dividendos mínimos propostos	(7.323)
Subtotal para destinação	3.095
Depreciação líquida do custo atribuído	2.769
Outros resultados abrangentes	(9.745)
Saldo remanescente para destinação de reserva	3.881

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2011 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo de reserva de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual com base no Artigo 199 da Lei 6.404/76, será proposta pela Administração a aplicação do excesso no aumento do capital social, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor justo através do resultado	Custo amortizável	Valor justo através do resultado	Custo amortizável
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	73.513	-	34.658	-
Contas a receber de clientes	-	8.888	-	38.383
Outros ativos circulantes	-	656	-	71
	<u>73.513</u>	<u>9.544</u>	<u>34.658</u>	<u>38.454</u>
Passivo				
Financiamentos e empréstimos	-	(58.848)	-	(76.857)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.671)	-
Fornecedores	-	(25.129)	-	(9.049)
	-	<u>(83.977)</u>	(4.671)	<u>(85.906)</u>

b) Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Valor Contábil	
	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e equivalentes de caixa	73.513	34.658
Contas a receber de clientes	8.888	38.383
Outros ativos circulantes	656	71
Total	<u>83.057</u>	<u>73.112</u>

Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo.

O cliente mais relevante da Companhia também é uma parte relacionada, Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, uma das controladoras em conjunto da Companhia, responsável por R\$ 3.771 dos recebíveis a valor contábil em 31 de dezembro de 2011, representando 42,43% do contas a receber.

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. Desta forma não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável.

c) Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2011:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos
31 de dezembro de 2011						
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamentos e empréstimos	58.848	67.018	130	32.664	33.158	1.066
Fornecedores	25.129	25.129	-	-	-	-
Total	<u>83.977</u>	<u>92.147</u>	<u>25.259</u>	<u>32.664</u>	<u>33.158</u>	<u>1.066</u>

d) Risco cambial

Exposição a moeda estrangeira

A Companhia não possui ativos e passivos em moeda estrangeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. No ano anterior, a exposição da Companhia em dólares norte-americanos foi a seguinte:

	31 de dezembro de 2010
Fornecedores	6.178
Financiamentos e empréstimos	4.761
Exposição do balanço patrimonial sem instrumentos derivativos	10.939
Instrumentos financeiros derivativos	4.671
Exposição do balanço patrimonial líquida	<u>15.610</u>

e) Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor Contábil	
	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	-	(5.286)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	73.369	30.907
Passivos financeiros	(58.848)	(71.571)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	31/12/2011	31/12/2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(59)	-
Alteração nas taxas de juros sobre aplicações financeiras	73	-

f) Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2011	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	73.513	73.513
Financiamentos e empréstimos	58.848	58.848

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Financiamentos e empréstimos: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados por debêntures emitidas pela Companhia no início deste exercício, sendo que a Companhia não apurou variações significativas em relação ao contrato firmado, mantendo taxas para desconto a valor justo similares às taxas efetivamente contratadas.

g) Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	31/12/2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	73.513	-
	-	<u>73.513</u>	-
	31/12/2010		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.658	-
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	(4.671)	-
	-	<u>29.987</u>	-

19. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receita bruta fiscal	300.642	1.449.151
Menos:		
Impostos sobre vendas	(88.266)	(487.111)
Devoluções e abatimentos	-	(92)
Total da receita contábil	<u>212.376</u>	<u>961.948</u>

20. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros	(8.268)	(10.690)
Variações cambiais passivas	(9.165)	(73.435)
Outros	(1.165)	(1.426)
Total	<u>(18.598)</u>	<u>(85.551)</u>
Receitas financeiras		
Juros	359	271
Variações monetárias ativas	7.581	7.753
Variações cambiais ativas	8.524	53.565
Outros	55	407
Total	<u>16.519</u>	<u>61.996</u>

21. DESPESAS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.929	68.714
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	4.736	23.363
Adições permanentes, líquidas:		
Despesas não dedutíveis	423	46
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	(330)	(6.893)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecido sobre prejuízos e diferenças temporárias	(784)	2.986
Outros	(114)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	<u>3.931</u>	<u>19.502</u>
Alíquota efetiva	28%	28%

Impostos diferidos

Ativos

A Companhia ainda possui diferenças temporárias originadas dos valores de provisão para contingências, no valor de R\$ 2.814, e passivos de benefícios pós-emprego, no montante de R\$ 50.631. A Companhia não realizou a constituição de impostos diferidos ativos sobre estes montantes visto que estimativas de resultado tributável futuro não estavam disponíveis para os períodos quando são esperados a realizações dos mesmos. Considerando as características dos passivos que geram estas diferenças temporárias, sua realização é estimada por um período superior a 10 anos.

Passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2011	31/12/2010
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	32.827	34.254
Diferença de vidas úteis - depreciação	2.813	1.806
Passivo não circulante	<u>35.640</u>	<u>36.060</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	2011	2010
Depreciação e amortização	(7.290)	(5.884)
Despesas com pessoal	(12.715)	(18.443)
Matéria-prima / produtos adquiridos	(138.179)	(817.988)
Despesas com benefícios empregados	(10.761)	(7.012)
Outros	(27.588)	(21.300)
Total	<u>(196.533)</u>	<u>(870.627)</u>
Despesas de vendas	(3.913)	(5.213)
Despesas administrativas	(15.801)	(17.046)
Outras despesas	(867)	(66)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	<u>(175.952)</u>	<u>(848.302)</u>
Total	<u>(196.533)</u>	<u>(870.627)</u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

	2011	2010
Resultado líquido	10.418	49.632
Média ano ações ordinárias	5.158.475	5.158.475
Média ano ações preferenciais	10.137.525	10.137.525
Resultado por ação ordinária básico - R\$	0,6388	3,0431
Resultado por ação preferencial básico - R\$	0,7026	3,3474

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 191.113, R\$ 35.184 para lucros cessantes e R\$ 468.950 para responsabilidade civil.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em outubro de 2012 a Companhia obteve êxito em processo tributário, no montante de aproximadamente R\$ 11.912. O processo tributário refere-se à valores recolhidos a maior à título de PIS/COFINS no período de 1998 a 2020, devido inconstitucionalidade Art. 3º, caput e § 1º da Lei 9.718/98 sobre o conceito de faturamento (receitas totais), pois a emenda constitucional permitindo a tributação sobre as receitas totais é posterior a essa Lei (2003). O processo transitou em julgado em 2012. Este montante não estava reconhecido nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pois se tratava de um ativo contingente até a data final do período destas demonstrações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ADOLFO ODERICH

Presidente

FRANCISCO PAIS

Conselheiro

HARDI LUIZ SCHUCK

Conselheiro

DIRETORIA

HAMILTON ROMANATO RIBEIRO

Diretor Superintendente

EDUARDO TEIXEIRA NETO

Diretor

CONTADOR

PAULO FERNANDO DOS SANTOS TAVARES

Contador

CRC/RS: 30.892/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Acionistas da

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

Rio Grande – RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentada dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.